UNIDADE 5

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

5.1 OBJETIVO GERAL

Oferecer uma ampla visão de políticas públicas e políticas de informação, tanto em um contexto teórico como apresentando exemplos de políticas de informação no Brasil.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

a) conhecer o que são políticas públicas;

b) conhecer o que são políticas de informação;

c) identificar exemplos de políticas de informação no Brasil.

5.3 INTRODUÇÃO

As políticas de informação fazem parte das políticas públicas de um país. Alertei, na primeira aula desta disciplina, que os governos possuem políticas para nortear suas ações em áreas que lhes são próprias. O governo tem a finalidade de administrar o Estado. No Brasil o governo é eleito pelo voto direto e se mantêm durante um determinado período. O presidente, por exemplo, exerce seu mandato por período de 4 anos, podendo ser reeleito por mais um mandato. Após esse período, de 4 ou de 8 anos, aquele grupo que administrou o Estado será substituído por outro grupo, também eleito. Esse novo grupo pode ter origem no mesmo partido do grupo anterior ou ser de outro partido. Falamos de situação – o governo que está no poder – e de oposição – o partido ou partidos que não concordam com as ações desenvolvidas pelo governo eleito.

Durante as eleições, os candidatos – que se apresentam individualmente, mas representam um grupo de pessoas, normalmente identificadas com um ou mais partidos políticos – apresentam plataformas de governo, ou seja, expõem como administrarão o Estado. Essas plataformas, quase sempre, são construídas com a explicitação de concepções políticas gerais e propostas específicas por segmentos de atuação do Estado. As concepções políticas gerais nos fazem compreender quais os caminhos que serão trilhados pelo governo se eleito, evidenciando as correntes e ideais políticos que comungam. De uns tempos para cá, ouvimos com constância debates sobre posições de esquerda e posições de direita e, além delas, algumas variáveis como centro-esquerda, centro-direita, ultradireita, esquerda radical etc.

É importante que todo cidadão tenha conhecimento das plataformas e tendências políticas dos que se apresentam como candidatos a cargos eletivos.

Além das concepções políticas gerais, as plataformas de governo também são formadas por propostas específicas, voltadas para cada uma das áreas que demandam atenção e ações dos que administram o Estado. Quais seriam essas áreas? A grosso modo, estariam elas compostas pela saúde, educação, cultura, meio ambiente, habitação, recursos hídricos, serviço social, infraestrutura, transporte, saneamento básico etc.

A principal tendência nos discursos dos candidatos é a de prometer muito para não cumprir, depois de eleito, exatamente aquilo que prometeu. Pode ainda, e o que entendo como pior, se utilizar de recursos de manipulação linguística para dizer muito com quase nenhum significado efetivo. Por exemplo: todo candidato diz que vai cuidar da educação, oferecer melhores condições de atendimento no âmbito da saúde, ampliar os recursos para suprir a necessidade de moradia, asfaltar e oferecer água e esgoto para o maior número possível de cidadãos etc. Essas promessas nada dizem, pois se você rever as frases, todas elas são genéricas e podem facilmente ser refutadas pelos eleitos como promessas não cumpridas. Nenhuma delas traz uma ação efetiva, que pode ser mensurável ou que permita ser cobrada.

Quando eleitos, os políticos enfrentam um problema muito grave, que é a falta de recursos para atender a tudo que precisa ser feito. É nesse momento que surge a "cara" do governo, ou seja, na falta de verbas, ele, governo, deve escolher o que é prioritário, aquilo que será atendido em

primeiro lugar. Ficamos sabendo, pela escolha da prioridade na alocação de verbas, qual é a tendência política daquela administração. A opção pela priorização foi, como exemplo, pelo atendimento médico dos mais pobres, pela criação de creches ou berçários, pela construção de escolas na periferia, pelo transporte público (com faixas especiais para ônibus, número maior de ônibus, ampliação de ramais de metrôs nas cidades que o comportam etc.).

As propostas e projetos para os vários segmentos de interesse do Estado presentes na plataforma de governo se constituem em políticas de Estado.

Neste momento preciso fazer uma diferenciação: existem políticas de governo e políticas de Estado. O governo, como vimos, é transitório e suas políticas se encerram quando se extingue o mandato que o elegeu. As políticas de Estado são mais perenes e se mantêm apesar das mudanças de governo.

Todos nós costumamos ouvir que coisas boas existentes em um governo foram descontinuadas no novo governo. Ouvimos também que um governo novo não quer manter coisas que lembrem o governo anterior e, por esse motivo, elas são interrompidas e em seu lugar há novos projetos. Isso se dá porque essas ações eram políticas de governo que duram, na maioria das vezes, enquanto o mandato daquele grupo estiver em vigor.

As políticas de Estado são estabelecidas a partir de atos legislativos e independem da vontade exclusiva do Executivo.

Por sua vez, a validação das políticas de governo está embasada no voto, nas urnas. O governo eleito tem uma plataforma, como vimos, e os votos ratificam a aceitação pelos eleitores das ideias ali contidas. Quando implanta políticas, o governo tem o respaldo das urnas.

Tanto as políticas de governo como as políticas de Estado são políticas públicas, uma vez que são elas gestadas, implantadas, geridas e administradas pelo grupo vencedor das eleições, pelo grupo que teve a maioria dos votos, votos esses que dão legitimidade e respaldo a essas políticas.

É possível distinguir as políticas em *explícitas* e *implícitas*, e devem ser elas motivo de reflexão nossa.

As políticas explícitas, como disse anteriormente, são aquelas que estão materializadas em papel e tramitam pelas instâncias existentes na estrutura burocrática do Estado. Isso permite que tenhamos conhecimento sobre elas e que, assim sendo, possamos fiscalizar sua aplicação e exigir ou reivindicar ações quando elas não estão sendo cumpridas.

Na cidade de São Paulo, no governo *Luiza Erundina*, a secretária de Cultura do município era *Marilena Chauí*, conhecida filósofa, professora da USP e autora de vários livros. Ao assumir, a secretária possuía uma política para a área da Cultura, política essa que foi apresentada a todos os funcionários da pasta e publicada em livro. Dessa forma, os munícipes, os funcionários da Secretaria, os funcionários públicos, a população de cidades vizinhas que se utilizava dos equipamentos culturais da cidade e todos os interessados ficaram sabendo das propostas e ideias que sustentavam todas as ações e atividades da área de cultura da cidade. Esse é um exemplo de política pública de governo explícita. Como sabemos o que o governo pretende fazer, podemos cobrar, fiscalizar.

Por seu lado, há políticas implícitas, ou seja, aquelas que existem mas não são exteriorizadas, ficando circunscritas aos bastidores da adminis-

tração pública, às conversas a portas fechadas, aos cochichos e falas "ao pé do ouvido". O interesse é que a população não as conheça, não saiba o que de fato se pretende alcançar ou atingir com essas políticas. Nesses casos, os munícipes ou as instituições e órgãos que os representam não têm nenhuma forma de participação na elaboração delas. São alijados da sua construção e seus interesses não podem ser contemplados.

Você pode dizer que o governo, pelo voto, tem o poder de criar políticas, e estas são legitimadas por esse voto. É verdade, no entanto, que as políticas precisam ser explicitadas para que saibamos se elas correspondem àquelas que estão presentes na plataforma de governo apresentada durante o período eleitoral. As políticas legitimadas pelo voto são aquelas que refletem as propostas presentes na plataforma.

Em um outro governo na cidade de São Paulo, o secretário de Cultura exigia da administração de bibliotecas relatórios de atividades e de ações que registrassem, de maneira quantificada, o número de participantes de cada um dos eventos realizados. A Secretaria, naquele momento, estava interessada em quantas pessoas eram "atingidas" pelos eventos e realizações das bibliotecas municipais, e não pela qualidade e pelas transformações que esses eventos poderiam trazer para as pessoas que deles participavam. Claro que este é um exemplo de política pública de governo implícita, pois ela não estava claramente informada.

Há políticas que são explicitadas mas cujo texto não condiz com o que de fato o governo deseja. Ou, ainda, há formas de aparentar uma base democrática que, quando posta em prática tal política, descobre-se que ela não é real. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando se cria uma comissão para gerenciar determinadas ações, mas a composição dessa comissão está a cargo, quase que integralmente, de uma Secretaria ou de alguma instância vinculada diretamente ao governo.

Entre as várias políticas públicas, seja de governo ou de Estado, encontram-se as políticas de informação.

5.4 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Políticas de informação, acompanhando o que já vimos sobre políticas públicas, podem ser de governo ou de Estado e podem, também, ser explícitas e implícitas.

Além disso, a palavra "informação" torna difícil determinar qual o tipo exato de políticas que são abrangidas pelo termo. Como a palavra "informação" é polissêmica, políticas de várias áreas podem ser incluídas entre a ideia de políticas de informação. Por exemplo, podemos dizer que políticas voltadas para a atuação dos órgãos de imprensa, sejam eles televisivos, radiofônicos, impressos ou virtuais, ou ainda considerados como públicos ou privados, podem ser consideradas políticas de Informação. Outras normas, ordens, protocolos, formas de atuação, serviços oferecidos por instituições, instâncias governamentais etc., no âmbito da

saúde, também podem ser considerados políticas de informação – no caso, podem ser aquelas voltadas para o prontuário médico de pacientes atendidos pelo Estado.

Informação está presente em quase todos os espaços e segmentos do serviço público. Quais os que efetivamente são de nosso interesse?

Eu poderia responder essa pergunta dizendo que são todos, mas isso seria temerário, pois eu precisaria conhecer todas as políticas vigentes. Como não conheço, prefiro dizer que vou trabalhar determinadas áreas que a Biblioteconomia costuma apresentar como de seu interesse. Não vamos esquecer, no entanto, que o objeto, aquilo que a Biblioteconomia estuda, pesquisa, pelo qual se interessa, se preocupa e com que trabalha é a informação.

O interesse da Biblioteconomia é por informações que estão presentes nas bibliotecas públicas, nas bibliotecas escolares, nas bibliotecas universitárias e nas bibliotecas especializadas. Assim, as políticas públicas de informação que nos preocupam são aquelas presentes ou relacionadas a esses espaços.

Como tudo em nossa vida, estas, as políticas públicas de informação também se apresentam de maneira complexa.

A discussão sobre políticas de informação traz em seu bojo uma série de nuances teóricas, uma grande quantidade de segmentos, de qualificações, de entendimentos etc.

Num Dicionário de autores que já citei em outro capítulo, *Murilo Cunha* e *Cordélia Cavalcanti*, quando procuramos um verbete referente a políticas, encontramos apenas "política bibliotecária" (que os próprios autores entendem ligada ao entendimento da missão da biblioteca e com critérios de avaliação). Depois de explicar o que é "política bibliotecária", ainda no mesmo verbete, há alguns termos que são apresentados como correlatos ou como mais específicos: "p. cultural", "p. da internet", "p. da sociedade da informação", "p. de acervo arquivístico", "p. de acesso", "p. de aquisição", "p. de descarte", "p. de desenvolvimento de coleções", "p. de desenvolvimento do acervo", "p. de empréstimo", "p. de encadernação", "p. de indexação", "p. de informação", "p. de leitura", "p. de privacidade", "p. de seleção", "p. de telecomunicações", "p. de uso aceitável", "p. de arquivo", "p. do livro" e "p. nacional de informação." (2008, p.285-286). O "p.", claro, é a abreviação de política.

Apresentei os termos presentes no verbete na ordem em que são elencados. Alguns deles você verá em outras disciplinas, como as políticas relacionadas ao Desenvolvimento de Coleções (aquisição, descarte, desenvolvimento de coleções, de seleção). Outros termos farão parte de segmentos de disciplinas e, ainda, termos que dependerão de uma pesquisa a partir de um interesse particular seu.

Boa parte das políticas elencadas no verbete do dicionário é própria do fazer interno de um equipamento informacional ou, como muitos autores da literatura da área utilizam, de uma unidade de informação. Essas políticas apontam para normas, diretrizes, estruturas de serviços voltados para fazeres internos ou para ações direcionadas para o público externo, para os usuários de uma biblioteca. Elas podem abarcar as atividades de uma única biblioteca ou de uma rede de bibliotecas. Por exemplo: uma política pode determinar como funciona e quais os objetivos de um serviço específico de uma biblioteca pública, de uma biblioteca escolar, ou pode estar norteada para a coordenação de um sistema de bibliotecas

universitárias. A USP, Universidade de São Paulo, possui mais de trinta bibliotecas setoriais espalhadas pelos *campi*, incluindo os do interior do estado de São Paulo, mas todas as bibliotecas são administradas pelo *Sistema Integrado de Bibliotecas* (SIBI) da Universidade de São Paulo. Neste caso, as políticas são geradas e geridas por esse sistema e implantadas em todas as bibliotecas setoriais.

Um dos termos presentes no verbete citado merece um comentário: "p. da sociedade da informação". O conceito e os debates sobre a Sociedade da Informação perpassarão por várias disciplinas. Não há um consenso sobre o tema, mas a sua ideia é importante para a área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, por motivos óbvios, não é mesmo?

Em um certo período, o governo brasileiro se preocupou em incluir o Brasil nos avanços sobre a informação em vários países do mundo, em especial os países desenvolvidos.

> No Brasil, o marco oficial da preocupação do Governo com os desafios da sociedade da informação teve início em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que buscava lançar os alicerces e um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações. (TAKAHASHI, 2000)
>
> Os esforços resultaram no lançamento do "Programa Sociedade da Informação" (SocInfo), uma política estratégica que era dividida em três estágios: estudos preliminares, conduzindo ao lançamento formal do programa; proposta detalhada do programa sintetizada em um Livro Verde; e ampla consulta a sociedade, culminando com o plano detalhado de execução do programa descrito em um Livro Branco. (2013, *não paginado*)

O trecho citado é de autoria de quatro pesquisadores (MOREIRA; CARVALHO; SANTOS; SANTANA). No primeiro parágrafo do trecho, é feita uma condensação do pensamento de *Takahashi*, um pesquisador do tema muito conhecido e bem envolvido com a criação do Livro Verde.

Para finalizar a conversa sobre itens dentro daquele verbete, vou direcionar nossa atenção para "p. de informação" e "p. nacional de informação." A primeira é assim definida pelo dicionário:

> **p. de informação** *information policy, information strategy* ARQ BIB INF INTERN plano para a provisão e acesso à informação no âmbito de uma cidade, organização, região ou país. <=> política nacional de informação." (2008, p. 285).

A segunda é definida desta maneira:

> **p. nacional de informação** *national information policy* ARQ BIB INF INTERN **1**. Estratégias desenvolvidas, sob a coordenação de uma agência central, para o desenvolvimento nacional dos serviços documentários e de informação. **2** 'Conjunto de orientações ou diretrizes relativas à utilização ou divulgação de informação, tais como as respeitantes à privacidade, aos

direitos de cópia e à propriedade intelectual. A sua aplicação ao meio digital coloca novos desafios, tanto ao nível da redefinição da política como da sua aplicabilidade e do seu controlo.' (APD)." (2008, p. 286) [22]

(A sigla APD ao final refere-se à *Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação*. *Glossário da sociedade da informação*. Lisboa, 2005. O dicionário valeu-se de um verbete presente no glossário da APD.)

Há políticas cujo campo de abrangência é mais restrito, mais localizado. Outras, ao contrário, abarcam espaços maiores, até mesmo, em muitos casos, o país todo.

Nos espaços menores, como um município, por exemplo, as políticas são estruturadas, quase sempre, pelas Secretarias. O mesmo se dá em relação aos estados. No âmbito federal, além de instâncias específicas, há a possibilidade de união de mais de um Ministério para concretizar políticas.

Mas, o que são as políticas públicas de informação? Para discutir o tema – e não responder a pergunta, uma vez que, como vimos, pode haver mais de um modo de entender e explicar o assunto –, vou chamar para nossa conversa, duas pessoas, a *Naira Pereira* e o *Jonathas Carvalho*.

> Nessa perspectiva, entende-se aqui que as políticas públicas sociais são um dos principais instrumentos de integração entre Estado, governos e sociedade, e por isso, torna-se indispensável entender as relações entre política pública e política de informação, percebendo que as políticas de informação podem estar interpoladas no âmbito de outras políticas públicas, no caso desse trabalho, nas políticas públicas de educação. (2015, p. 7)

Os autores do trecho citado acima nos informam que as políticas de informação podem estar envolvidas, podem estar participando ou coparticipando de outras políticas. Elas não precisam, necessariamente, se constituir uma política isolada. Podem, sim, caminhar dentro ou ao lado de outras políticas. Esse é um dado importante, pois nos alerta para algo que já mencionei anteriormente, ou seja, a dificuldade de definir os espaços da informação e, na mesma direção, definir as políticas específicas de informação.

Mais dois trechos do texto dos dois autores merecem destaque:

> Portanto, compreende-se aqui que o termo políticas de informação pode designar ações de instituições tanto de caráter público quanto de privado, contudo o que buscamos evidenciar no termo 'política de informação' são suas ações em âmbito governamental, estabelecendo sua relação com as políticas públicas. (p. 9) [...]
>
> Isto é, assim como as políticas públicas são desenvolvidas para serem implementadas em contextos específicos da sociedade, as políticas de informação tam-

[22] A sigla APD ao final, refere-se à Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Glossário da sociedade da informação. Lisboa, 2005. O dicionário valeu-se de um verbete presente no glossário da APD

> bém dependem dos diversos segmentos e contextos comunitários para se desenvolverem no cotidiano das pessoas, dessa forma, as políticas de informação são direcionadas e desenvolvidas para atender necessidades, suprir carências e demandas das comunidades e por isso sua manifestação está para além do aparato governamental, aliás o seu caráter público permite que seu desempenho se multiplique e se inter-relacione entre governo (interesses e metas políticas, tendo como ação concreta a política pública) e sociedade (práticas cotidianas das comunidades: construção de conhecimento e dispositivos para apropriação da informação). (2015, p. 9-10)

É preciso enfatizar que políticas de informação se traduzem em ações. Não bastam propostas redigidas, colocadas em papel e existentes apenas no campo das ideias.

Vamos relembrar algumas coisas: possuímos muitos termos que trabalham com a ideia de políticas públicas; nem todos os termos identificados são de nosso interesse; políticas de informação, internas a uma instituição, empresa, etc., são de interesse da própria instituição e fazem parte de áreas específicas da Biblioteconomia (serão estudadas em outro momento); as políticas de informação mais gerais, que atingem uma região ou o país todo, de responsabilidade de governos, são aquelas que buscamos entender e estudar.

Este momento me leva a apresentar uma instância da área da Ciência da Informação, o IBICT.

Na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação há um órgão que se preocupa com a informação e com as políticas relativas a ela. É o IBICT. "No Brasil, historicamente, a formulação e a implementação de políticas de informação em ciência e tecnologia têm estado a cabo de instituições como o IBICT, originalmente criado como órgão de difusão da informação do CNPq." (FERNANDES, 2013, p. 214)

Curiosidade

A origem do IBICT remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getulio Vargas (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia. A ação da Unesco, à época, foi decisiva para o surgimento de instituições do gênero em diferentes países. A escolha inicial da FGV deveu-se ao fato de aquela instituição estar realizando importantes atividades na área de bibliografia e documentação.

Por essa época, estava sendo criado, também, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que tinha, entre suas atribuições, "manter relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica". Por meio de proposta conjunta CNPq/FGV, foi criado, em 27 de fevereiro de 1954, pelo Decreto do presidente da República n° 35.124, o Instituto Brasileiro de Biblio-

grafia e Documentação (IBBD), que passou a integrar a estrutura organizacional do CNPq.

Os anos 70 são marcados por uma reorganização das atividades de ciência e tecnologia no país. Registra-se a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ampliando o seu poder, transformando-o em fundação, ligando-o à Secretaria do Planejamento e à Presidência da República. Da mesma maneira que o CNPq, o IBBD passa por uma transformação, inclusive com a mudança de nome para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a publicação da Resolução Executiva do CNPq n° 20/76. O IBICT consolidava-se, então, como órgão que coordenaria, no Brasil, as atividades de informação em C&T." [23]

O IBICT é o órgão responsável pela implantação das políticas de informação no Brasil, em especial aquelas relacionadas às informações científicas e tecnológicas.

No próprio site do Instituto (<http://www.ibict.br/>), podemos encontrar algumas ações de informação desenvolvidas pelo órgão:

a) **Informação para a sociedade** – Competência em informação, Avaliação do Ciclo de Vida (CAV), Canal Ciência, Mapa da Inclusão Digital (MID), Rede APLmineral, Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), Saberes do Cerrado;

b) **Informação para a pesquisa** – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca do IBICT, Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), Centro Brasileiro de ISSN, Centro Brasileiro do Latindex, Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM), Diretório Luso-Brasileiro, Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasisbr), Portal do Livro Aberto em CT&I, Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), Repositório Institucional Digital do IBICT (RIDI), Repositórios Digitais, Revistas no SEER, Rede Bibliodata;

c) **Informação para Gestão em CT&I** – Mercado de Trabalho em C&T;

d) **Pesquisa e Pós-Graduação** – Pesquisa em Ciência da Informação e Pós-Graduação em Ciência da Informação;

e) **Tecnologias para Informação** – Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – CARINIANA; Sistema Eletrônico de Administração de Conferências (SOAC); Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER); Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE); Sistema para Construção de Bibliotecas Virtuais Temáticas (BVT); Sistema para Construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace); Software para Gerenciamento de Tesauros (TECER)

Outros tipos de políticas de informação ficam a cargo de outros órgãos. É o caso, por exemplo, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), vinculado ao Ministério da Cultura (MinC).

---

[23] Para ler o histórico do IBICT na íntegra, acesse: <http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico-1>.

Curiosidade

Desde 1937, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), o Brasil vem investindo no apoio e na ampliação das bibliotecas públicas no país. No entanto, foi por meio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi instituído como um órgão subordinado diretamente à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

Desde sua criação trabalha de maneira articulada com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, respeitando o princípio federativo, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo. Sua gestão tem por premissa básica o diálogo, a transparência, a responsabilidade e o estímulo ao controle social, dentro de um modelo de gestão integrado com as Coordenações dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas.

Em 2004, por meio do Programa Livro Aberto, iniciou um grande movimento a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no país, assim como da modernização de bibliotecas já existentes. Durante o período de 2004 a 2011, em que perdurou o Programa Livro Aberto, foram criadas 1.705 novas bibliotecas e modernizadas 682.

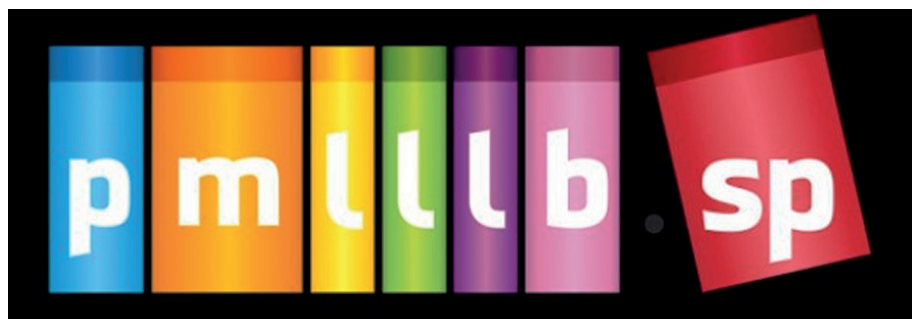
O SNBP participou da construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), integrando o eixo 1 – democratização do acesso, seguindo, assim, as suas diretrizes.

Desenvolve ações conjuntas com outros órgãos, programas e projetos na área de leitura, literatura e bibliotecas, tais como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), Agentes de Leitura, entre outros e, estimula a criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL. Mais informações sobre o PNLL podem ser obtidas nas obras PNLL: textos e história: 2006-2010.

As ações implementadas pelo SNBP são planejadas de acordo com as metas estabelecidas do Plano Nacional de Cultura (PNC). São 13 metas relacionadas às bibliotecas e, dentre elas, destacam-se: Meta 32 – 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento e Meta 34 – 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.

Em 2010, juntamente com a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL), da Secretaria de Articulação Institucional (SAI), do MinC, lançou o I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais com o objetivo de identificar o perfil destes equipamentos culturais no Brasil. Desde então, o SNBP vem trabalhando esses dados e validando as informações juntamente com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, com vistas a embasar as políticas, ações e os investimentos públicos na área de bibliotecas no país. (SNBP) [24]

[24] Para ler o histórico do SNBP na íntegra, acesse: <http://snbp.culturadigital.br/historico/>.

Figura 10 – O Programa Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de São Paulo é um dos exemplos de Política que, na sua criação, contou com a participação dos munícipes.

Fonte: CEERT[25]

Há muita coisa por se falar sobre políticas de informação. Nosso espaço, aqui, é curto, e mesmo se fosse suficiente, é preciso considerar que as políticas surgem, se modificam, esse segmento está em constante transformação. Um curso superior é sempre o primeiro passo, o início de uma vida profissional que exige de quem a abraça uma busca por novos conhecimentos, uma procura por atualização. Bom profissional é aquele que, entre outras coisas, sabe que sua educação, na área ou na vida, não tem fim. Somos seres inacabados, somos seres em construção.

As políticas públicas que contemplam bibliotecas e informação (científica e em geral) estão fincadas prioritariamente em três segmentos/setores: C&T (políticas promovidas pelo IBICT); Cultura (exemplo: SNBP) e/ou Educação (exemplo: PNBE). Há exemplos de ações integradas entre Cultura e Educação como o PNLL (<http://www.cultura.gov.br/pnll>).

5.4.1 Atividade

Procure textos que descrevam e discutam a proposta, no Brasil, de uma política voltada para a Sociedade da Informação – que foi conhecida como o *Livro Verde*. Veja o que foi isso, como ocorreram os debates e os motivos pelos quais as propostas não foram efetivamente implantadas. Para conhecer os trabalhos e artigos que versam sobre o tema, você pode recorrer à BRAPCI – <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/>. Basta você digitar no campo para isso (Informe o(s) termo(s) de busca) os termos: Livro Verde; Sociedade da Informação no Brasil; ou outro termo que você achar que auxiliará na pesquisa que surgirão vários trabalhos e artigos sobre o tema publicados no Brasil e aos quais você terá acesso direto.

Resposta comentada

Mais uma vez o exercício pretendeu que você fizesse buscas, mas desta vez sobre um tema mais específico e vinculado a aspectos próprios ou de interesse da área do curso. A BRAPCI será um importante recurso para seus trabalhos e pesquisas, pois ela é uma espécie de

[25] CEERT. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/datas-eventos/5001/lancamento-do-site-do-gt-do-pmlllb>. Acesso em: 13 out. 2018.

robô de busca específico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Tenho certeza de que você encontrou muitas informações sobre o Livro Verde e/ou sobre a Sociedade da Informação.

5.4.2 Atividade

Conforme as políticas discutidas/descritas nesta aula, procure agora identificar uma política nacional de informação que esteja em vigor e leia sobre ela. Depois, procure os objetivos, qual o órgão que a financia, qual o setor do conhecimento em que está inserida (por exemplo, CT&I, Cultura, Educação), e como está sendo implantada e executada.

Resposta comentada

Você deve ter reparado que ao final deste segmento da disciplina consta o seguinte: "As políticas públicas que contemplam bibliotecas e informação (científica e em geral) estão fincadas prioritariamente em três segmentos/setores: C&T (políticas promovidas pelo IBICT); Cultura (exemplo: SNBP) e/ou Educação (exemplo: PNBE). Há exemplos de ações integradas entre Cultura e Educação como o PNLL (<http://www.cultura.gov.br/pnll>)."

Provavelmente, seguindo esse trecho, você deve ter pesquisado sobre políticas de informação em vigor nos locais indicados, ou seja, no IBICT, no SNBP, no PNBE ou no PNLL. Mais provavelmente ainda, sua escolha recaiu no PNLL, pois era o único em que constava o link de acesso. Independentemente da opção, você viu como se estrutura uma política nacional de informação, em especial a partir de leis ou normalizações para sua implantação. Durante sua vida profissional, em várias oportunidades, você terá que lidar com essas políticas. Conhecer ao menos uma delas lhe dará base para entender outras políticas semelhantes.

5.5 RESUMO

As políticas de informação fazem parte das políticas públicas de um país. Os governos possuem políticas para nortear suas ações em áreas que lhes são próprias. O governo tem a finalidade de administrar o Estado. Quando do período de eleições, os candidatos apresentam suas plataformas políticas em que estão incluídas suas concepções políticas gerais e as propostas específicas voltadas para cada uma das áreas que

demandam atenção e ações dos que administram o Estado. Entre essas áreas está a informação.

Há políticas públicas de governo e políticas públicas de Estado. É possível distinguir as políticas em explícitas e implícitas. A palavra "informação" torna difícil determinar qual o tipo exato de políticas que são abrangidas pelo termo. Como a palavra "informação" é polissêmica, políticas de várias áreas podem ser incluídas entre a ideia de políticas de Informação.

A discussão sobre políticas de informação traz em seu bojo uma série de nuances teóricas, uma grande quantidade de segmentos, de qualificações, de entendimentos etc.

As políticas próprias de uma biblioteca apontam para normas, diretrizes, estruturas de serviços voltados para fazeres internos ou para ações direcionadas para o público externo, para os usuários de uma biblioteca. Elas podem abarcar as atividades de uma única biblioteca ou de uma rede de bibliotecas.

As políticas de informação podem estar envolvidas, podem estar participando ou coparticipando de outras políticas. Elas não precisam, necessariamente, se constituir uma política isolada.

Políticas de informação se traduzem em ações. Não bastam propostas redigidas, colocadas em papel e existentes apenas no campo das ideias.

Na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o IBICT – *Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica* é o órgão que se preocupa com a informação e com as políticas relativas a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este material didático, ao terminarmos, eu e você, esta trajetória parcial do curso de Biblioteconomia, vale lembrar alguns pontos importantes que foram apresentados ou surgindo pelo caminho.

Um ponto que deve ser destacado é que o nosso conhecimento é construído individualmente, mas sempre na relação com o mundo. Assim, somos dependentes dos outros, não nos bastamos. O nosso conhecimento também é dependente do mundo e dos outros. Além disso, somos seres inacabados, em construção. Da mesma maneira, o conhecimento humano é inacabado, em constante construção.

O segundo ponto que desejo enfatizar é que, assim como nós somos dependentes da relação com o mundo, a biblioteca também o é. A biblioteca não se constitui sozinha, ela é produto da relação com a sociedade. Espero que você se recorde de que somos – eu, você e a própria biblioteca – objetos e sujeitos do mundo. Ao mesmo tempo que sofremos interferências, nós também interferimos. Não somos neutros.

Biblioteca e sociedade se misturam, se embaralham, se mesclam e formam um todo.

Num dos objetivos da segunda parte deste livro, consta: "Conhecer as interlocuções e articulações históricas entre conhecimento, biblioteca e Biblioteconomia". Aproveito esse objetivo para in-

cluir a Biblioteconomia nestas considerações finais. Você está se preparando para ser um profissional bibliotecário e trabalhar no âmbito da Biblioteconomia. Ela o acompanhará por toda a vida, espero. A partir de agora, você olhará a Biblioteconomia com outros olhos. Notícias sobre a área, sobre bibliotecas, bibliotecários, informação, etc terão outro significado para você. Assim, convém não esquecer que nós não existimos sozinhos, somos dependentes da sociedade e a Biblioteconomia é uma área interdisciplinar, ou seja, possui uma relação próxima com algumas áreas do conhecimento humano e muito mais próxima com outras. Em nossa atividade profissional, não podemos nos ater apenas aos conhecimentos que nos dá a Biblioteconomia. Precisamos buscar sustentação teórica e prática em outras áreas também.

Outro ponto importante que não posso deixar de mencionar é que muitos dos termos com os quais trabalhamos, estudamos, pesquisamos, etc possuem muitos significados, ou seja, são polissêmicos. "Informação" é um desses termos. Outro, tão importante quanto ele, é "cultura." Poderia incluir muitos outros, mas tenho certeza de que você percebeu e perceberá daqui para a frente com maior clareza todos os termos que possuem dois ou mais significados. Tenho certeza também de que você entendeu que essa polissemia é ruim sob certos aspectos, mas sob muitos outros ela é boa, pois nos leva a debates e discussões que promovem o desenvolvimento da Biblioteconomia.

Não podemos nos esquecer (desculpe o emprego deste termo) também da relação entre a memória, o patrimônio e a Biblioteconomia. Tanto a memória como o patrimônio são de grande interesse para nossa área.

O último segmento da disciplina é o relativo às políticas de informação. É possível que você um dia venha a trabalhar em órgãos públicos onde lidará, com certeza, com essas políticas. Não só as de caráter interno, como as de caráter externo, voltadas para o público em geral, para a sociedade.

Terminado esta disciplina, percebemos como nossa área, a Biblioteconomia, é abrangente, interferindo em várias outras áreas e se valendo de outras tantas para se concretizar e servir, com responsabilidade e ética, nossa sociedade. E, vale lembrar, esta é apenas uma das disciplinas do curso. Eu lhe asseguro que você verá muita coisa importante durante sua formação profissional.

Finalizando, cumpre-me alertá-lo novamente de que essa formação profissional não se esgota nas disciplinas, no curso, ela nos acompanha durante toda a vida.

Espero encontrá-lo ou encontrá-la nos eventos da área, nas ações que os setores do *Movimento Associativo Bibliotecário* promovem ou, quem sabe, lendo e aprendendo com textos que você produzirá.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Glossário da sociedade da informação**. Lisboa: APD, 2005.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438 p.

BAGNO, M. Uma escola que produz analfabetos. **Caros Amigos**, v. 21, n. 245, p. 6, jul. 2017.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARRETO, A. M. **Memória e leitura**: as categorias da produção de sentidos. Salvador: EDUFBA, 2006. 192 p.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 239 p.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan.1968.

CALDAS, W. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura**. São Paulo: Global, 1986.

COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. 383 p.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2012.

FERNANDES, J. H. C. Os domínios de poder e a formulação de políticas públicas de informação e comunicação. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 2, p. 210-231, maio/ago. 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FLOWER, D. A. **Biblioteca de Alexandria**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

GATTAI, Z. **Códigos de família**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 160 p.

GAUZ, V. O super papel. **OFAJ,** Marília, fev. 2017. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1039>. Acesso em: 13 out. 2018.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 255 p.

HALBWACHAS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990. 189 p.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 115 p.

LOPIS, E. A. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 9-23, 2017.

MAN, J. **A revolução de Gutenberg**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 318 p.

MOREIRA, F. M. et al. Estratégias e políticas públicas de informação para inclusão de agricultores familiares na sociedade da informação. In: **Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória - CTCM, 2013**. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/estrategias-e-politicas-publicas-de-informacao-para-inclusao-de-agricultores-familiares.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

MURGUIA, E. I. Apresentação. In: MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010. 136 p.

MURGUIA, E. I; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

PAIVA, M. R. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 296 p.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2011. 116 p.

PEREIRA, N. M. A.; SILVA, J. L. C. Políticas públicas de informação no contexto da inclusão e gestão da informação: uma análise sobre as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte – CE. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 06-41, jan./abr. 2015.

PIRES, V. L. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. **Organon,** v. 16, n. 32/33, 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29782/18403>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SERRAI, A. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 27-38, jul./dez. 1975.

SILVEIRA, F. da; REIS, A. dos R. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade**, v. 21, n. 1, p.37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740>. Acesso em: 13 out. 2018.

SOUSA, R. G. Criacionismo. **Brasil Escola**. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/historiag/criacionismo.htm>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SOUSA, R. G.; ARAGUAIA, M. Teoria da evolução. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiag/evolucionismo.htm>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SPINA, G. L.; SERRATTO, E. B. F. Patrimônio histórico e cultural: uma revisão bibliográfica. **Educação**, Batatais, v. 5, n. 3, p. 99-116, 2015.

VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: FUNDEPE, 2007.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (Org.). **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2016. 353 p.

Sugestão de Leitura

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 241 p.

MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória:** um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social**: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.